

## TRT-BA realiza audiência pública em aldeia Pataxó para discutir melhorias na educação indígena




O Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT-BA) promoveu nesta quarta-feira (9/7) uma audiência pública na Escola Indígena Pataxó da Aldeia Mãe de Barra Velha, em Caraíva, distrito de Porto Seguro, para debater propostas voltadas à melhoria das condições educacionais nas aldeias da região. Conduzido pelo presidente do TRT-BA, desembargador Jéferson Muricy, o encontro reuniu representantes da sociedade civil, autoridades locais, membros das comunidades indígenas, além de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho.

A realidade da Escola Indígena Pataxó esteve no centro das discussões. Entre os principais temas abordados estiveram a ampliação da unidade escolar, a estadualização do ensino médio, a contratação de professores indígenas e a definição de sua regência de classe, além da regularização do transporte escolar para os estudantes que vivem nas aldeias. Um relatório oficial com todas as manifestações e compromissos assumidos deverá ser elaborado.

[Veja a íntegra da audiência pública, transmitida ao vivo pelo YouTube.](#)



## Abertura do evento

A comunidade indígena abriu o evento com uma saudação tradicional, seguida por rituais e apresentações culturais.  Em sua fala inicial, o presidente do TRT-BA refletiu sobre a importância da audiência e da educação indígena como forma de preservação da cultura nacional. Ele lembrou sua visita anterior à escola indígena, quando esteve em Caraíva para entregar equipamentos de informática à unidade escolar, e destacou o propósito da audiência: “para que possamos todos contribuir de modo efetivo para dar um destino adequado para a educação indígena”. O desembargador também ressaltou a relevância do encontro, afirmando que a educação “é um instrumento de afirmação”.

A líder indígena Uruba Pataxó agradeceu ao presidente do TRT-BA e lembrou que, em sua primeira visita, ele se comprometeu a buscar soluções para as demandas apresentadas: “O povo Pataxó confia”. Ela reforçou a identidade de seu povo ao afirmar: “Nós somos povos originários. Quando chegaram aqui, nós já estávamos”. Uruba também expressou sua satisfação com a realização da audiência e com a presença das autoridades que, segundo ela, vieram para somar forças: “Eu sou fruto dessa escola”. Em sua fala, relatou ainda os problemas enfrentados pela unidade de ensino e pela educação indígena na região, além de denunciar ameaças, assassinatos e prisões de lideranças indígenas no sul da Bahia.



## Depoimentos e relatos



No turno da tarde, a audiência pública foi retomada com uma série de depoimentos de integrantes das comunidades indígenas, que relataram problemas como a precariedade do transporte escolar, a falta de estrutura nas escolas e a carência de valorização dos professores indígenas. Mães como Caione e Damiana, da Aldeia Mãe de Barra Velha, denunciaram a instabilidade do transporte fornecido pelo município: ônibus em más condições e horários irregulares têm feito com que muitos alunos precisem caminhar longas distâncias, o que compromete a frequência e o rendimento escolar. Representantes das aldeias Porto do Boi, Imbiriba e Aldeia Velha também relataram situações semelhantes.



Professores indígenas, como Tayrone e Edil Pataxó, destacaram a necessidade de garantir direitos iguais aos dos contratados, principalmente em comparação com os concursados. Eles também reivindicaram melhorias na infraestrutura escolar, como instalação de ar-condicionado nas salas de aula devido ao calor intenso, a conclusão da quadra poliesportiva da comunidade, além da urgente reforma de escolas que não recebem manutenção desde 2002. Edil ainda alertou para a ausência de livros didáticos e materiais escolares em 2025, mesmo já estando no segundo semestre letivo.

A juíza Viviane Martins, gestora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no TRT-BA, fez um apelo pelo fortalecimento da língua mãe nas comunidades indígenas e sugeriu a produção de material didático, literário e paradidático específico para os estudantes indígenas: “A preservação da língua é também um instrumento de proteção à infância e de valorização da identidade cultural”.



## Compromissos e respostas

As autoridades presentes responderam a algumas das reivindicações. O secretário municipal de Educação de Porto Seguro, Luiz Fernando Cerqueira Leal, afirmou que a melhoria no transporte escolar está entre as prioridades da gestão municipal e mencionou a possibilidade de um concurso público específico para professores indígenas. Já o representante da Secretaria Estadual de Educação explicou que o processo de estadualização das escolas indígenas depende da regularização da posse dos imóveis e que, com a transição, será possível contratar mais docentes via REDA.

Ao final do encontro, o presidente do TRT-BA, desembargador Jeferson Muricy, reafirmou o compromisso da Justiça do Trabalho com a causa, agradeceu o empenho de todos que aceitaram o convite e informou que será elaborado um relatório com todos os relatos e encaminhamentos debatidos, a fim de contribuir de forma concreta para o avanço da educação indígena na região. “O que fizemos hoje foi ouvir com respeito, acolher as demandas e promover o diálogo com os entes responsáveis. A educação indígena é uma causa de todos nós”, concluiu o magistrado.



Este site utiliza cookies para melhorar sua experiência e nos ajudar a entender mais sobre cookies e nossa política de privacidade.

**Secom TRT-BA (Texto: Fabrício Ferrarez e Lázaro Britto | Fotos: Elisa Braga/Coperphoto) - 10/7/2025**

## Compartilhe nas redes sociais



Este site utiliza cookies para melhorar sua experiência. Saiba mais sobre cookies e nossa política de privacidade,